DESAFIOS À ALIANÇA ATLÂNTICA E PERSPECTIVAS FUTURAS

Fernando Paula Vicente

DESAFIOS À ALIANÇA ATLÂNTICA E PERSPECTIVAS FUTURAS (*)

Foi-me solicitado que abordasse o tema *Desafios à Aliança e Perspectivas Futuras*. A selecção do tema foi, sem dúvida, feliz e oportuna. De facto, a NATO é responsável por um dos mais longos períodos de paz na Europa Ocidental, mas defronta-se actualmente com problemas internos e uma situação internacional que lhe põem, provavelmente, os maiores desafios da sua existência.

Durante o tempo que me foi atribuído, proponho-me oferecer-vos algumas breves considerações sobre a razão de ser da Aliança, a evolução da sua estratégia, as iniciativas políticas para mantê-la militarmente forte e, a partir delas, caracterizar a situação actual e referir alguns desafios que ela comporta no quadro da percepção corrente da ameaça.

Por falar de percepção, talvez não seja descabido recordar neste momento que foi a percepção de ameaça que levou os países da Europa Ocidental, em concerto com os Estados Unidos da América (EUA) e Canadá, a fundar a Aliança Atlântica em 1949. Como é sabido, entre o final da Segunda Grande Guerra e a data da fundação da Aliança, a União Soviética arrastou definitivamente para a sua órbita, pela força das armas e criminosamente, 109 milhões de pessoas de vários países, totalizando 493 mil quilómetros quadrados de território europeu, situação que, lamentavelmente, acabou sendo tacitamente legitimada, também definitivamente, pelo acto final da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia assinado em Helsínquia em 1 de Agosto de 1975, o que, em minha opinião, constitui o acto de maior cobardia colectiva da Europa Ocidental no pós-guerra. Voltarei mais tarde, na minha exposição, a este problema da percepção das ameaças, tendo-o mencionado nesta altura apenas para marcar bem o contraste entre as filosofias da

(*) Palestra proferida no Curso de Defesa Nacional/1987 (CDN/87), em 17 de Fevereiro de 1987.

União Soviética expansionista, autoritária e agressiva, e da NATO, democrática e defensiva e que, por isso mesmo, nunca poderá lançar um primeiro ataque aos países do Pacto de Varsóvia.

A Aliança Atlântica é, como se sabe, uma associação de países em regime de igualdade, em que as decisões são tomadas sempre por unanimidade e na qual os votos de cada país têm o mesmo peso no processo decisório, independentemente do seu poder específico. Por isso mesmo é impensável considerar a hipótese de uma decisão colectiva de agressão do território do Pacto de Varsóvia por forças da NATO.

Os países membros encontram na Aliança, tão simplesmente, o instrumento de eficiência comprovada por 38 anos de *paz em liberdade*, que lhes satisfaz as suas necessidades de segurança colectiva e individual e, como tal, contribuem com forças para a defesa comum no quadro do conceito de suficiência, isto é, sem preocupação de igualar numericamente os efectivos e o equipamento que se sabe estarem à disposição da estrutura militar do Pacto de Varsóvia.

Poderá dizer-se, a título de mera constatação, que os valores numéricos do lado do Pacto não só excedem largamente os da NATO como beneficiam, em relação a estes, de uma profunda assimetria geográfica no seu posicionamento relativo, se considerarmos a participação norte-americana e que, no seu conjunto, excedem largamente também, o que seriam os requisitos razoáveis de defesa do Pacto de Varsóvia.

Sem dúvida um motivo de grande preocupação e, por isso mesmo, desde há uns 15 anos decorrem negociações que se pretendem conducentes à redução mútua e equilibrada de forças, no quadro geral da *détente* em que se situa a estratégia da NATO.

Não é necessário relembrar a uma audiência como esta que a Aliança Atlântica nasceu e cresceu sob a segurança que lhe era conferida pela superioridade nuclear dos EUA e escudada por um conceito de retaliação nuclear maciça em caso de agressão. Todavia, na medida em que a União Soviética atingiu a paridade nuclear com os EUA, a credibilidade dessa estratégia foi afectada e a Aliança, em sua substituição, adoptou, em 1967, a estratégia de resposta flexível que ainda vigora.

Dentro deste conceito estratégico, a NATO pretende apenas preservar a paz, a segurança e a integridade da área do Tratado, e pretende fazê-lo através da dissuasão credível de qualquer forma de agressão. Para tanto se

empenha em constituir forças adequadas — convencionais, nucleares tácticas e nucleares estratégicas — de tal forma organizadas, equipadas, treinadas e posicionadas, que o Pacto de Varsóvia seja levado a concluir que um ataque seu tem uma probabilidade de sucesso demasiado pequena e comporta um risco incalculavelmente alto e, portanto, inaceitável. Dentro do conceito de resposta flexível, e como seu elemento fundamental, incluiu-se a opção de primeiro uso de armas nucleares, claramente expressa pela Aliança, não de forma maciça como se propunha na estratégia inicial, mas apenas com a potência mínima necessária para parar a agressão, se tal não tiver sido possível pelo simples uso das forças convencionais, no quadro da defesa avançada que a estratégia actual pretende igualmente contemplar.

Por defesa avançada entende-se a intenção de a NATO parar uma invasão, qualquer que seja a sua escala, tão próximo quanto possível da fronteira com o Pacto de Varsóvia, pois que a profundidade do território da NATO não permite a troca de espaço por tempo dentro do qual a estrutura política da Aliança possa encontrar soluções de controlo político do conflito. E, porque essa profundidade não existe, o risco de rápida e completa ocupação de países da NATO, quer na Europa central quer nos flancos, por exércitos de armas combinadas do Pacto de Varsóvia é enorme e, portanto, inaceitável.

Havendo efectivamente uma distinta superioridade convencional do Pacto — que a NATO, como foi dito, não pretende igualar — é plausível que um ataque maciço não possa ser contido pelas forças convencionais da Aliança, forçando ao recurso, praticamente imediato, da utilização de armas nucleares. A NATO não deseja esta solução, mas não deixará de a pôr em prática se tal for indispensável, e não deixará mesmo de escalar o uso de armas nucleares de forma comensurada à resposta inimiga, fazendo assim uso pleno das opções que a sua tríade de Forças lhe proporciona.

É nesta determinação aliada que reside a essência da dissuasão que a estratégia de resposta flexível comporta, a qual, sem dúvida, é responsável por um dos mais longos períodos de paz na área do Tratado. Essa determinação foi inequivocamente reafirmada quando, em 1984, as autoridades políticas dos países da Aliança acordaram, por unanimidade, no estacionamento, em território Aliado europeu, dos mísseis de «Cruzeiro» e «Pershing II», a despeito dos acesos debates que esse processo decisório provocou, quer nos órgãos de consulta política da NATO, quer nos parlamentos

nacionais de determinados países, como aliás é próprio dos regimes democráticos. Daí resultou, não só a revalidação da estratégia de resposta flexível e o reforço da credibilidade do seu elemento de dissuasão, como ainda, e em grande medida, a mudança de atitude soviética em relação ao reatamento das negociações sobre os armamentos.

Uma vez mais ficou bem patente que um dos mais importantes ingredientes em matéria de defesa colectiva da Europa Ocidental é a coesão política dos membros da Aliança Atlântica.

Tendo elaborado um pouco na estratégia actual e na flexibilidade da sua aplicação, passarei agora a formular algumas considerações sobre a situação actual da Aliança, do ponto de vista militar convencional para, a partir do consequente diagnóstico e com base na ameaça previsível, tentar identificar, como me foi solicitado, alguns dos mais sérios desafios que se lhe põem e as perspectivas de solução.

Eu afirmei que a NATO não deseja a utilização de armas nucleares. Nem a NATO nem ninguém, no pleno uso das suas faculdades, a pode desejar. As suas consequências são horrendas e, a este respeito, relembremos aqui o pânico mundial provocado pelo acidente da central nuclear de Chernobyl. Por esta razão, e face às insuficiências históricas da componente convencional da defesa aliada, várias têm sido, ao longo dos anos, as iniciativas para reforçá-la e diminuir, consequentemente, a dependência das armas nucleares para efeitos de dissuasão.

A primeira dessas iniciativas, após a adopção da estratégia de resposta flexível, consistiu num estudo denominado Alliance Defence in the Seventies (AD 70), que foi mandado efectuar pelo Defence Planning Committee (DPC) na sua reunião ministerial de Maio de 1970, e que se destinava a identificar os problemas de defesa com que a Aliança se iria confrontar nos anos setenta, reconhecendo à partida que, dado o desequilíbrio entre as capacidades convencionais da NATO e do Pacto de Varsóvia, especial atenção deveria ser dada ao estabelecimento de prioridades para o reforço da postura convencional da Aliança no anos setenta. As conclusões desse estudo e as acções concretas que dele decorreram viriam a ser reforçadas por um programa paralelo, delineado e financiado pelos 10 países do Eurogrupo, o qual ficou sendo conhecido por European Defence Improvement Programme.

A segunda grande iniciativa teve lugar no final da década de setenta, aprovada na reunião ministerial do DPC, em Washington, em Maio de 1978,

com vista «à adaptação do dispositivo de defesa da Aliança aos desafios dos anos oitenta». Conhecida por Long Term Defence Programme (LTDP) ela constitui um marco importante no reforço da capacidade convencional da NATO, alargando o horizonte de planeamento de defesa e fazendo-o basear-se em requisitos derivados de uma melhor apreciação da ameaça, também ela projectada a mais longo prazo, e nas tendências de evolução tecnológica e económica.

Daí resultou uma mais íntima coordenação dos planeamentos de defesa dos vários países da Aliança e também dos esforços de coordenação interaliada nas actividades de pesquisa e desenvolvimento conducentes à produção de armamentos. Recordar-se-ão, pelo menos alguns dos senhores auditores, que, no âmbito deste programa e no campo convencional, se identificaram nove áreas de deficiência crítica a considerar prioritariamente, nomeadamente

(1) Prontidão das Forças,
(2) Capacidade de reforço,
(3) Mobilização e reservas,
(4) Postura marítima,
(5) Defesa aérea,
(6) Comunicações, comando e controlo,
(7) Guerra electrónica,
(8) Racionalização,
(9) Logística de consumo,

para estudar as quais se constituíram igual número de *Task Forces* e que, concluídos os seus estudos, apresentaram as suas conclusões e recomendações ao DPC.

Em suma, este programa, cujos efeitos se continuarão ainda a fazer sentir no futuro, promoveu uma substancial melhoria da postura convencional aliada e uma maior racionalização na utilização de recursos nacionais para efeitos de defesa colectiva.

Uma terceira iniciativa para melhorar a postura convencional da Aliança, esta bastante recente, aprovada por reunião ministerial de 1985, ficou sendo conhecida por Conventional Defense Improvements (CDI), a qual mais não fez que continuar o impulso iniciado pelo LTDP dos anos setenta, estabelecendo um quadro de melhoramentos no campo da defesa convencional que, supostamente, cobre as mais críticas deficiências previsíveis até ao ano

2000, e faz incidir os seus efeitos em três áreas associadas, nomeadamente a sustentação das forças, a cooperação na produção dos armamentos e o planeamento colectivo de defesa. A iniciativa CDI desenvolve-se em paralelo e em consonância com a Conceptual Military Framework (CMF), também aprovada a nível ministerial em Dezembro de 1985, e que, racionalizando em oito componentes a missão global dos comandos supremos da Aliança, nomeadamente:

(1) Actividades militares em apoio da gestão de crises,
(2) Derrota do primeiro escalão das forças inimigas,
(3) Ataque aos escalões seguintes,
(4) Atingir e manter uma situação aérea favorável,
(5) Controlo marítimo,
(6) Projecção de poder naval,
(7) Controlo e projecção da navegação mercante aliada,
(8) Operações na retaguarda,

não é mais do que uma directiva de planeamento a longo prazo na qual as nações membros da Aliança devem basear os seus planeamentos nacionais, quer no sentido geral da preparação das suas forças para o cumprimento das missões referidas, quer na orientação dos seus esforços de pesquisa e desenvolvimento, quer ainda na aplicação, ao cumprimento destas missões, das novas tecnologias emergentes.

Poderia, pois, dizer-se que, após o desenvolvimento destas três iniciativas a que me referi, a postura convencional da Aliança estaria finalmente ao nível de poder conter a ameaça convencional do Pacto de Varsóvia. Lamentavelmente, essa não é a realidade. Enquanto a NATO tomava todas estas iniciativas, o Pacto, e fundamentalmente a União Soviética, promoveram igualmente o reforço dos seus dispositivos convencionais, e, apesar dos enormes esforços financeiros feitos pela NATO, calcula-se que o fosso entre as capacidades das estruturas militares dos dois Blocos se alargou ainda mais, com vantagem para o Pacto de Varsóvia.

É incontroverso, pelo menos, que existe um desequilíbrio numérico significativo, tanto em recursos humanos disponíveis como em sistemas de armas, favorável à União Soviética. Se bem que a base numérica não pode só por si apoiar a conclusão de superioridade do Pacto em relação à NATO, o desequilíbrio não pode deixar de ser preocupante, particularmente quando se considera que o reforço e reabastecimento da NATO na Europa virá essencial-

mente dos Estados Unidos, através do Atlântico infestado de submarinos soviéticos, enquanto que o reforço e reabastecimento das forças do Pacto percorrerão, relativamente seguros, linhas de comunicação muito mais curtas dentro do seu próprio território. Mas, se é verdade que os quantitativos subiram de ambos os lados, verificou-se do lado do Pacto, nestes últimos anos, uma melhoria extremamente significativa da qualidade e precisão dos sistemas de armas, em consequência da aplicação de praticamente as mesmas tecnologias utilizadas na NATO, reduzindo-se assim, ou mesmo eliminando-se em certos casos, a vantagem qualitativa que era geralmente reconhecida ao Ocidente. E não admira que as tecnologias sejam praticamente as mesmas: em muitos casos elas foram obtidas do Ocidente, quer através do livre acesso aos mercados facultado pela permissividade dos sistemas democráticos, quer através da espionagem. Em suma, o Ocidente pagou com os seus orçamentos de defesa, e outros, muito da modernização militar soviética, poupando-lhe os elevadíssimos custos da pesquisa e desenvolvimento e, não menos importante, o tempo que a mesma consome, permitindo ao Pacto de Varsóvia alargar, como é geralmente aceite, o fosso entre as capacidades convencionais dos dois Blocos, a despeito do enorme esforço financeiro entretanto feito pelos países da NATO.

É evidente que outros factores contribuíram para esta situação. Um deles, digno de menção, reside na capacidade de a União Soviética gastar com a sua instituição militar percentagens do seu Produto Interno Bruto que o consenso dos analistas internacionais reputa de extraordinariamente mais elevadas do que as dos EUA, pelo menos nos últimos dez anos. Para citar apenas uma fonte respeitada, o Military Balance 1986/87 afirma: «A maior parte dos observadores acredita que as despesas militares correntes (da Rússia) representam entre 12 e 17 por cento do PIB Soviético» e continua, afirmando que «estimativas recentes feitas pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido sugerem que as despesas totais anuais com a defesa (da Rússia) cresceram entre 4 e 5 por cento antes de 1976, desaceleraram para 2 por cento ao ano entre 1976 e 1982, e subiram para 3 a 5 por cento entre 1982 e 1985». Estes números são impensáveis nas democracias ocidentais. A título de comparação, e citando a mesma fonte, em relação, por exemplo, a 1984, na maioria dos países da NATO o total das despesas com a defesa situou-se entre 2 e 5 por cento do PIB e, no mesmo ano, nos Estados Unidos,

foi de 6,4 por cento. Também não é novidade que poucos são os países da NATO que conseguem atingir e manter o crescimento real das despesas com a defesa "na região dos 3 por cento" ao ano, como era objectivo comum acordado para fazer face aos programas resultantes da iniciativa CDI (Conventional Defense Improvements).

É evidente que, silenciando a sua opinião pública em relação às suas aspirações de melhoria de qualidade de vida, a URSS permite-se a vantagem que acabei de referir e guindou-se ao estatuto de superpotência militar, mas criou o problema, e paga os respectivos custos, de não ter conseguido transformar-se numa grande nação.

Para além do factor opinião pública subjacente ao desnível das despesas militares a que me referi, existe um outro, porventura mais grave e que afecta apenas a Aliança Atlântica: o da percepção das ameaças. É relevante mencionar que, da centena e meia de conflitos armados que se verificaram no mundo depois da Segunda Grande Guerra, nenhum teve lugar em território NATO, cujas populações têm, portanto, vivido um dos mais longos períodos de paz da Europa Ocidental. A maioria dessas populações, ou não viveu já a guerra, com os seus horrores e privações, ou tem dela recordações muito esbatidas. O mesmo se aplica naturalmente à maior parte da classe política que governa a Europa Ocidental. Desta, há que dizê-lo também, uma parte ainda, por razões de alinhamento ideológico internacional, ignora a fidelidade que deve ao Estado a que pertence e promove a ideologia, a imagem e os interesses soviéticos. Tudo isto para dizer, muito simplesmente, que uma grande parte, se não mesmo a maioria, das populações da Europa Ocidental — e a população portuguesa não é certamente excepção — não se sente ameaçada pelo Pacto de Varsóvia ou pela União Soviética. Não é mesmo de todo invulgar que determinados sectores dessas populações — normalmente localizados nos meios intelectuais, políticos e estudantis — considerem que a Rússia e os Estados Unidos da América constituem ameaças potenciais idênticas e, dentro dos seus próprios países — Portugal não é de forma alguma excepção — ataquem as instituições militares que constituem, afinal, a única sólida garantia da sua própria segurança.

Para além de tudo isto, e em grande parte mercê de uma informação pública deficiente, instalou-se no espírito das populações da Aliança uma expectativa de sucesso das conversações sobre os armamentos que não é muito realista, mas à qual os *mass media* soviético e a imagem pública do senhor

Gorbachev emprestam credibilidade. Embalados nesta expectativa, abundam já os advogados do desarmamento nuclear total e unilateral, esquecendo — ou deliberadamente ignorando — que o Pacto de Varsóvia tem uma superioridade convenciononal significativa sobre a Aliança e que os 38 anos de paz se têm vivido na Europa da NATO se devem, sem dúvida, ao dissuasor nuclaer.

O efeito cumulativo destes factores, isto é, melhoria qualitativa dos armamentos, assimetria na localização geográfica das forças, assimetria nas despesas de investimento em defesa, percepção deficiente de ameaça, desalinhamentos ideológicos, somado ao efeito combinado de recursos financeiros cada vez mais escassos e custos cada vez mais elevados dos sistemas de armas, têm constituído o obstáculo à eliminação do desequilíbrio das posturas convencionais da NATO e Pacto de Varsóvia. A preocupação pública e legítima com os orçamentos de defesa e a impopularidade destes, limitam extraordinariamente a capacidade dos Governos de apoiar as políticas de defesa da Aliança, e aqui reside, em minha opinião, um dos grandes desafios que os países aliados, individual e colectivamente, terão que enfrentar no futuro próximo.

Se fosse necessário fazer aqui uma síntese da situação actual entre os dois Blocos, poderia dizer-se que, no campo nuclear, existe uma completa paridade entre os EUA e A URSS, situação que, no XXVII Congresso do Partido Comunista da União Soviética, realizado em Fevereiro de 1986, foi curiosamente classificada como uma "realização histórica" do socialismo. Todavia, no campo convencional, a NATO no seu conjunto e em relação ao Pacto, tem insuficiências bem claras e extensas, quer no campo terrestre, quer no naval e aéreo. Sem a preocupação de ser exaustivo e apenas para ilustrar a afirmação, citaria, por exemplo, que cerca de 50 por cento dos efectivos de tempo de guerra são constituídos por forças mobilizáveis que não estão suficientemente treinadas e equipadas para cumprir as missões que lhes estão atribuídas nos planos gerais de defesa. Os restantes 50 por cento que se encontram constituídos permanentemente estão, em grande parte, mal posicionados. Daqui se pode constatar imediatamente a extrema dificuldade que a NATO teria em conter um ataque, com relativa surpresa, das forças do primeiro escalão do Pacto. É importante ter em mente que o Pacto tem um conceito de operações baseado no emprego de exércitos de armas combinadas os quais, explorando o efeito de supresa, atacarão em massa e em profundidade, podendo contar com uma enorme capacidade de gerar reservas. Este não é o caso dos países da NATO.

Acrescentaria que, tanto no campo terrestre, como no naval ou aéreo, existem problemas de modernização de equipamento e dos sistemas de armas e que este problema é particularmente agudo nos países da região Sul da Aliança — um problema bem conhecido e idêntico, ainda que em proporções diferentes, àquele com que portugal se defronta. Para operar as forças existentes, os países têm *stocks* logísticos, e particularmente de munições, inferiores àqueles que o planeamento NATO identificou como mínimos, situação que é agravada pela existência de substanciais problemas de interoperabilidade. Existem ainda problemas tão graves quanto uma deficiente capacidade de identificação amigo/inimigo no teatro de operações, com o consequente risco de acções fratricidas; insuficiências e deficiências de meios de comando, controlo e informações; insuficiências de capacidade de guerra electrónica; inexistência, por agora, de capacidade de retaliar com armas químicas se atacados com o mesmo género de armas e de continuar a conduzir operações em ambiente de guerra química. E muitas outras.

Por outras palavras, no campo convencional, a NATO no seu conjunto tem problemas de constituição e sustentação de forças, tem problemas de equipamento e também de prontidão operacional. Não é, pois, de admirar que tenha sido, directa ou indirectamente, sobre estas áreas que a decisão ministerial se focou ao aprovar o programa Conventional Defense Improvements (CDI) a que atrás me referi, tendo identificado ainda o planeamento de defesa OTAN como área a merecer estudo e atenção permanentes. Atente-se aqui na profunda relação entre estas áreas e os orçamentos de defesa.

Para colocar tudo isto na perspectiva correcta, creio que poderá afirmar-se que, a despeito de todas as insuficiências no campo convencional, a situação não é hoje de forma alguma desesperada, porque a estratégia de dissuasão assenta na capacidade da tríade de forças a que me referi anteriormente e, por outro lado, o Pacto de Varsóvia também tem a sua quota-parte de problemas. Imagine-se, todavia, o efeito desastroso que teriam a redução e/ou eliminação unilateral, pela NATO ou simplesmente por alguns dos seus membros, dos armamentos nucleares, sem redução equilibrada e verificável dos armamentos. A credibilidade da estratégia de resposta flexível seria irremediavelmente destruída e a ameaça que pesa sobre a Europa Ocidental subiria descontroladamente, como acontece sempre que a disparidade das capacidades militares de dois oponentes se acentua.

Não deixa de ser curioso notar, a este respeito, que, enquanto internacionalmente — mas apenas no mundo livre — se discute acaloradamente o problema do controlo dos armamentos nucleares, tantas vezes numa base muito mais emotiva que racional, ninguém se tem preocupado com a discussão dos armamentos convencionais. Eles matam como os nucleares e, mais que os nucleares, apoiam a política externa dos países no desconcerto internacional, particularmente daqueles que têm interesses globais e/ou ambições expansionistas.

Referi anteriormente a possibilidade de variação da ameaça. Talvez não seja descabido, numa sessão como esta, tecer algumas considerações sobre a sua evolução provável. É evidente que o território da NATO está sujeito a outros tipos de ameaça, que podem ter origem no Terceiro Mundo e assumir várias formas, a mais provável das quais será o terrorismo. Todavia, no âmbito deste painel, eu limitarei os meus comentários àquela que potencialmente tem a sua origem no Pacto de Varsóvia.

A ameaça, como se sabe, decorre da combinação de dois factores, nomeadamente da capacidade e das intenções de um agressor potencial. Nós, os militares, preocupamo-nos predominantemente com as capacidades e, neste campo, excluindo a utilização dos armamentos nucleares, a diferença entre as capacidades dos Blocos é sensível. Sem querer atribuir aos números maior significado do que realmente têm, não deixa de ser interessante referir genericamente alguns deles. Assim, no teatro europeu, após accionados os chamados reforços rápidos, estarão em presença nos dispositivos convencionais 4 milhões de homens (113 divisões) do Pacto contra 2 600 000 (90 divisões) da NATO. Após o reforço total, poderão estar em presença 202 divisões do Pacto contra 121 do lado da Aliança, utilizando 33 000 carros de combate contra 19 600 da NATO e cerca de 5000 aviões contra menos de 3500. Isto para citar os números de maior disparidade. A comparação entre forças navais é ainda mais complexa, mas não deixa de ser importante recordar que da crise de Cuba, em 1962, até hoje, a Marinha Soviética cresceu de uma dimensão costeira para a dimensão impressionante actual, o que confere à União Soviética a capacidade de projectar força militar à escala global em apoio da sua política externa.

Não desejaria de forma alguma tirar a conclusão, numa base numérica, de que o Pacto, liderado pela União Soviética, é mais forte no campo convencional que a NATO liderada pelos Estados Unidos. Numa comparação

de forças há muitos outros factores a tomar em consideração, tais como a sofisticação tecnológica das plataformas e respectivos sistemas de armas, o treino e a motivação dos combatentes, a capacidade de sustentação do esforço de guerra, as tácticas, etc. Referi alguns números tão-somente para ilustrar a afirmação de que a URSS tem a capacidade militar para se constituir ameaça e, contrariamente à NATO que, pela sua natureza democrática, repito, nunca poderá iniciar um ataque ao Pacto, tem a vantagem de poder escolher o local e o momento, se decidir lançar as suas forças sobre território aliado, beneficiando assim de um importante factor de surpresa.

Do ponto de vista de capacidade, a ameaça do Pacto de Varsóvia é credível. Utilizará a URSS algum dia essa capacidade? Futurologia é um negócio arriscado e, por isso, não respondo à pergunta. Todavia, podem ensaiar-se algumas conjecturas.

Como afirmei atrás, a URSS guindou-se à posição de superpotência estritamente pela via da capacidade militar, mas está longe de ser uma grande potência económica. Esta deficiência estava certamente bem presente nas preocupações de Gorbachev quando ele afirmou recentemente perante o Partido que o desafio actual reside na «...capacidade de a União Soviética entrar no novo milénio de uma forma digna de uma grande e próspera potência».

Por outro lado, assistiu-se nestes últimos dois anos ao que parece ser o declínio da influência política dos militares promovido por Gorbachev. A sua afirmação no XXVII Congresso do Partido que «garantir a segurança é cada vez mais uma tarefa política que só pode ser realizada por meios políticos» parece não deixar grandes dúvidas a esse respeito. Em apoio desta percepção pode referir-se o facto de o Ministro da Defesa, Marechal Sokolov, eleito na Primavera de 1985, não ter assento no Politburo com o Estatuto de Membro Votante, como tiveram todos os seus antecessores desde 1973.

Se tudo isto tem uma interpretação lógica, ela só pode ser que o senhor Gorbachev tem as suas prioridades orientadas para o desenvolvimento interno e gostaria de poder travar a corrida aos armamentos para poder investir no sector económico civil. Ele iniciou uma série arrojada de reformas internas de grande alcance que, tanto quanto se sabe, contam com o apoio popular mas esbarram também com intensa oposição interna no aparelho do partido. No campo internacional, o líder soviético preparou-se para negociar, em matéria de redução de armamentos, em termos que eram im-

pensáveis num passado muito recente. Sempre que tem oportunidade, aproveita os meios de comunicação ocidentais para transmitir, de si próprio, à opinião pública mundial, a imagem de um homem civilizado, respeitável, politicamente moderado e interessado em manter o mundo em paz. A opinião pública nos países da NATO que, como referi, se não sente ameaçada, reage harmonicamente com essa imagem, e reage também contra as instituições militares dentro dos seus próprios países.

A estagnação das coisas militares tal como estão seria altamente vantajosa para a URSS. É bom recordar que, para além da paridade nuclear, para além de, no mínimo, paridade — em minha apreciação, superioridade — convencional, a União Soviética tem em curso, desde há vários anos, programas de pesquisa no campo das tecnologias avançadas (do tipo das que eventualmente virão a ser utilizadas no programa SDI americano) e está, em certos campos, mais avançada que os próprios Estados Unidos. É importante referir também que a URSS possui o único sistema anti-satélite do mundo em completo estado operacional. É importante referir ainda que a URSS tem, em avançado estado de construção, em Krasnoyarsk, no centro-sul do país, uma gigantesca estação de radar de detecção e seguimento de mísseis balísticos estratégicos, e existe ainda a evidência de estar em curso o estabelecimento de uma extensa rede de defesas antimíssil destinada a contrapôr-se às forças nucleares tácticas da NATO.

Dito tudo isto, creio que fica bem claro como seria importante para a União Soviética, primeiro, reduzir ou mesmo eliminar os armamentos nucleares e, segundo, congelar a pesquisa e desenvolvimento ocidental, particularmente a norte-americana, e manter o *STATUS QUO* convencional, ou seja, manter a superioridade convencional soviética. Garantida esta, o senhor Gorbachev poderia então desviar os seus investimentos da área militar para a área económico-social, ao mesmo tempo que mantinha a Europa da NATO refém dessa superioridade.

A Administração soviética tem pavor do programa de pesquisa SDI americano, e tem boas razões para isso. Existe um mundo de diferença entre as capacidades de pesquisa da URSS e dos EUA e, se o SDI não for travado, ele pode conduzir a desenvolvimentos tecnológicos de tal forma importantes que, uma vez aplicados no campo militar, podem neutralizar toda a vantagem que os soviéticos tão penosamente conseguiram ao longo de muitos anos, e podem mesmo anular a actual estratégia do Pacto de Varsóvia.

Em última análise, determinariam o regresso à corrida aos armentos o que, num país espartilhado pelo plano quinquenal da economia marxista e sem iniciativa privada, assume foros de desastre. Não é certamente por razões muito diversas que alguns analistas internacionais prevêem que o senhor Gorbachev, ou consegue parar o programa SDI, ou corre sério risco de ser destituído.

Feitas todas estas considerações a propósito da provável evolução da ameaça, continuo sem resposta para a minha própria pergunta. Como resposta de compromisso, diria apenas o seguinte:

Primeiro, a Rússia parece estar genuinamente interessada em assegurar um acordo estável com o Ocidente. Mas..., acrescentaria eu, que ninguém tenha ilusões. Não existe qualquer indício que permita concluir que o objectivo estratégico de dominação mundial pela ideodologia comunista se tenha alterado. Apenas as estratégias parcelares vão variando ao sabor dos interesses conjunturais.

Segundo, nunca na história recente das relações Leste-Oeste houve uma oportunidade tão aliciante de conduzir negociações significativas com a União Soviética. Dir-se-ia deste momento histórico que a NATO e o Pacto de Varsóvia, o Leste e o Oeste, o mundo, estão numa encruzilhada.

Terceiro, qualquer atitude de excessivo optimismo comporta neste momento um risco muito elevado: as encruzilhadas são sempre lugares perigosos e, em matéria de defesa, com frequência o optimismo paga-se muito caro.

É neste cenário, pleno de capacidade militar e envolto por uma ameaça extremamente indefinida, mas real, que a NATO terá que enfrentar alguns sérios desafios no futuro próximo. Mencionarei apenas alguns dos que considero mais importantes.

Em primeiro lugar, o *desafio da coesão política.* Uma Aliança de 16 países soberanos, em regime de igualdade, localizados em dois continentes, com interesses políticos, económicos e estratégicos diversos, unidos fundamentalmente pelo vínculo espiritual do amor pela *paz em liberdade* não pode, de forma alguma, ser isenta de atritos internos. É inevitável que, de onde em onde, os respctivos interesses se choquem e, quando isso acontece — o *raid* militar dos Estados Unidos sobre a Líbia, em Abril de 1986, é apenas um dos mais recentes e graves exemplos —, geram-se ressentimentos que não favorecem os objectivos da Aliança. É fundamental, portanto, que a diversidade de interesses se harmonize com a unidade de propósitos subjacentes

à constituição da NATO, para que a credibilidade da Aliança se mantenha e, com ela, a da estratégia de dissuasão. Este é um desafio permanente e, em minha opinião, o maior.

Em segundo lugar, o *desafio da informação pública.* Numa época plena de iniciativas de natureza política, quer entre os blocos quer bilaterais entre os respectivos líderes, acompanhadas de intensas campanhas de desinformação, como sempre magistralmente organizadas pela União Soviética e tantas vezes veiculadas pela comunicação social ocidental, frequentemente sem o mínimo de análise crítica, os públicos ocidentais que, como foi dito, se não sentem ameaçados e não têm simpatia pelos orçamentos militares, estão mal informados e mesmo confusos. É imperativo promover o seu esclarecimento e conquistar o seu apoio para a NATO, como organização multinacional de defesa, e para os valores que ela representa, isto é, a paz e a democracia tal como nós a entendemos e praticamos na Europa Ocidental. É indispensável que esse apoio se traduza, não só na compreensão dos problemas mas, também, no exercício da responsabilidade cívica de cada um, colectivamente assumida pelo poder político representativo através da sustentação dos esforços financeiros de defesa que preservem à NATO a sua capacidade dissuasora.

Compreende-se que, particularmente nos países de economia débil, os Governos tentem sempre gastar em defesa nacional o mínimo que lhes for permitido. Mas, quando a opinião pública e a comunicação social se unem em apoio dessa tendência, forjam — democraticamente, diga-se em abono da verdade — o futuro da segurança da nação que constituem, liderada pelos políticos que merecem.

Em terceiro lugar, a *necessidade de manter uma postura militar convencional forte.* Ao longo desta minha exposição deixei claramente expressas, creio, as razões pelas quais isso é extremamente importante. Não vou, portanto, repetir-me. Diria apenas, em síntese, que uma postura convencional deficiente pode levar ao recurso imperioso às armas nucleares praticamente no início da hostilidades.

Em quarto lugar, a imperiosa *necessidade de estreitar a colaboração interaliada, particularmente na produção de armamentos.* Com a crescente dificuldade de estabelecer orçamentos de defesa adequados e, face ao crescente custo dos sistemas de armas, vai-se tornando cada vez mais difícil à média dos países proceder à pesquisa e desenvolvimento, produção e/ou sim-

ples aquisição de sistemas de armas e mesmo à sua posterior operação e manutenção. A Conference of the National Armaments Directors (CNAD) e a Senior NATO Logisticians Conference (SNLC) promovem já, em certa medida, este tipo de cooperação entre os países. Mas não suficientemente, e são bem conhecidas as razões políticas e económicas desta limitação. É fundamental, pois, alargar o âmbito e aprofundar a cooperação interaliada, particularmente no campo dos armamentos, a fim de obter economias de escala na aquisição e na manutenção posterior, e aumentar a interoperabilidade, o cair-se-á, inevitavelmente, na situação em que vários países ficarão inibidos de atingir e manter a modernização necessária a uma postura convencional forte e credível.

Fernando Paula Vicente

Brigadeiro Piloto-Aviador
Director-Adjunto para as Operações,
do Estado-Maior Internacional
da OTAN, Bruxelas